



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ROSÁRIO DO SUL**

Decreto n.º408/2026

Dispõe sobre o lançamento e fixa os prazos de vencimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS Fixo e do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, relativos ao exercício de 2026, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROSÁRIO DO SUL, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe confere o art. 41, inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar, para o exercício financeiro de 2026, o lançamento e os respectivos prazos de vencimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, na modalidade fixa, e do Imposto Predial e Territorial Urbano;

CONSIDERANDO o disposto no Código Tributário Municipal, bem como no art. 32 da Lei nº 24, de 03 de janeiro de 2019;

CONSIDERANDO, ainda, as informações técnicas prestadas pela Secretaria Municipal da Fazenda, notadamente quanto ao cronograma de atualização do cadastro imobiliário e à implantação do novo cálculo do IPTU,

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado o lançamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS Fixo, relativo ao exercício de 2026, observados os prazos e condições previstos na legislação tributária municipal.

Art. 2º - O ISS Fixo do exercício de 2026 poderá ser pago em até cinco parcelas mensais e sucessivas, com os seguintes vencimentos: a primeira parcela em 31 de março de 2026, a segunda em 30 de abril de 2026, a terceira em 29 de maio de 2026, a quarta em 30 de junho de 2026 e a quinta parcela em 31 de julho de 2026.

Art. 3º - Fica determinado o lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, relativo ao exercício de 2026, com base nos dados constantes do cadastro imobiliário municipal, observadas as atualizações decorrentes do recadastramento e do novo critério de cálculo previsto no Código Tributário Municipal.

Art. 4º - O IPTU do exercício de 2026 poderá ser pago em cota única ou de forma parcelada, conforme opção do contribuinte.

Art. 5º - O pagamento do IPTU em cota única terá vencimento em 15 de julho de 2026, fazendo jus o contribuinte ao desconto no percentual de 05% (cinco por cento) do valor lançado, previsto no art. 32 da Lei nº 24, de 03 de janeiro de 2019.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE ROSÁRIO DO SUL

Art. 6º - Optando o contribuinte pelo pagamento parcelado, o IPTU poderá ser quitado em até cinco parcelas mensais e sucessivas, com os seguintes vencimentos: a primeira parcela em 31 de julho de 2026, a segunda em 31 de agosto de 2026, a terceira em 30 de setembro de 2026, a quarta em 31 de outubro de 2026 e a quinta parcela em 30 de novembro de 2026.

Art. 7º - O não pagamento dos tributos nos prazos fixados neste Decreto sujeitará o contribuinte à incidência de acréscimos legais, na forma prevista na legislação tributária municipal.

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2026.

GABINETE DO PREFEITO DE ROSÁRIO DO SUL, em 15 de janeiro de 2026.

MARCOS PAULO SILVA DA LUZ,
Prefeito Municipal.

Registre-se e publique-se.

Nelson Rocha Rodrigues Junior
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos.